

MARANHÃO Contrato de R\$ 17 mi foi feito entre governo e instituto ligado à fundação

Roseana contrata serviços da FGV sem fazer licitação

ELVIRA LOBATO
DA SUCURSAL DO RIORUBENS VALENTE
DO PAÍSE

Quatro meses depois de divulgar o "Mapa do Fim da Fome", que apontou o Maranhão como o Estado com o maior percentual de indígenas do país e colocou a governadora Roseana Sarney (PFL) em situação política desconfortável, a FGV (Fundação Getúlio Vargas) do Rio foi contratada, sem licitação pública, para dar assessoria na implantação de oito centros de capacitação tecnológica no Estado.

A fundação está sendo contratada por intermédio do Isae (Instituto Superior de Administração e Economia), de Manaus, ligado à FGV. O instituto assinou contrato de R\$ 17,35 milhões com o governo do Maranhão, segundo mostra o extrato publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 6 de novembro. O Isae repassará R\$ 600 mil diretamente à fundação.

Dentro do governo, a dispensa de licitação foi autorizada pela assessoria jurídica da Geplan (Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico), ocupada por Jorge Murad, marido da governadora Roseana.

O contrato chamou a atenção não apenas pela cifra envolvida e pela ausência de licitação, mas pela iniciativa da Fundação Getúlio Vargas de divulgar um novo estudo no qual o Maranhão lidera o ranking de crescimento de acesso a bens duráveis, de 1992 a 1999, e está em segundo lugar no crescimento do acesso aos serviços públicos. A pesquisa foi divulgada pela própria Roseana, na última quinta-feira, durante visita à FGV.

No "Mapa do Fim da Fome", o Maranhão aparece com 62,37%

O CONVÊNIO COM A FGV

Edital publicado no "Diário Oficial" do Maranhão mostra que houve dispensa da licitação para contratar a Fundação Getúlio Vargas, por intermédio do Isae, como gestora dos Centros de Capacitação Tecnológica do Estado. Em outro trecho, aparece o valor do convênio

SEXTA - FEIRA, 26-OUTUBRO-2001

INEXIGIBILIDADE

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-GEPLAN

PROCESSO Nº 743/2001 - GEPLAN - SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços. P.A.R.T.E.S: Estado do Maranhão, através da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - GEPLAN, e o Instituto Superior de Administração e Economia - ISAE. OBJETO: Prestação de serviços

Processo nº 743/2001 - Geplan - Súmula de inexigibilidade de licitação espécie: contrato de prestação de serviços. Partes: Estado do Maranhão, através da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - Geplan, e o Instituto Superior de Administração e Economia - Isae.

Valor: R\$ 17.352.871,00

Valor: R\$ 17.352.871,00

Pesquisa

No dia 29 de novembro, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), fez uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas do Rio

que mostra que o Maranhão é o Estado em que houve o maior crescimento no acesso a bens duráveis entre 92 e 99.

de sua população com rendimento individual inferior a R\$ 80 por mês. Essa é a menor renda mensal que uma pessoa deve ter para consumir as calorias mínimas necessárias à sobrevivência, de acordo com os padrões da Organização Mundial de Saúde. No "Mapa

do Fim da Fome", o Maranhão aparece em situação pior do que Piauí e Alagoas.

Com o crescimento de Roseana nas pesquisas de intenção de voto, o estudo virou alvo de discussões políticas acirradas no Maranhão. A governadora discordou imedia-

tamente da classificação e encaminhou ao Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento) um estudo sobre a evolução dos indicadores sociais no Estado durante seus dois governos.

O Ipea entregou à governadora um relatório chamado "Um balanço da situação social do Estado do Maranhão", mostrando, por exemplo, que a renda familiar per capita cresceu mais de 30% entre 93 e 99 (o primeiro governo Roseana começou em 93), enquanto a média do país foi de 23%.

Apesar do estudo do Ipea, o "Mapa da Fim da Fome" permanecia como um indicador contundente da pobreza na região, que poderia ser usado pelos adversários na corrida eleitoral para a Presidência da República.

O contrato

A pedido da Fundação Getúlio Vargas, que só falará sobre o assunto hoje, o superintendente do Isae, Lincoln Campos, deu entrevista por telefone à Folha. Segundo ele, o instituto é uma fundação sem fins lucrativos, de caráter técnico-científico, e, por isso, pode ser contratado por órgãos públicos com dispensa de licitação.

Segundo o professor, o instituto é vinculado à FGV pela orientação técnica e pedagógica e todos os seus programas são desenvolvidos com a equipe técnica dela.

Lincoln Campos disse que as discussões entre o Isae e o governo de Roseana começaram há cerca de um ano — antes, portanto, da corrida eleitoral. Também a USP (Universidade de São Paulo), segundo ele, está sendo contratada para assessorar o projeto do governo do Maranhão.

Murad diz que dispensa é legal

O gerente de Planejamento do governo do Maranhão e marido de Roseana Sarney (PFL), Jorge Murad, na prática um supersecretário de Governo, disse que "está baseada em lei" a opção por dispensar a licitação para contratação da FGV (Fundação Getúlio Vargas) como gestora dos Centros de Capacitação Tecnológica.

Murad afirmou que a FGV foi escolhida por ser uma "respeitável instituição, reconhecida em todo o país". Questionado sobre o fato de o país possuir outras insti-

das "respeitáveis", Murad disse simplesmente que "tudo o que o governo faz está previsto em lei".

"Se vocês [jornalistas] acharem algo que contrarie a lei, tudo bem. Você me pergunta e eu posso responder. Mas nós estamos absolutamente respaldados na lei 8.666 [que regula as licitações]", disse Murad.

O secretário, contudo, não soube dizer o motivo específico da dispensa. "Está na lei de licitações. Nós podemos fazer isso", declarou. O detalhamento legal, segun-

ções, que concentraria todos os processos licitatórios no governo do Maranhão.

Na condição de gerente de Planejamento, Murad assinou o termo de inexigibilidade de licitação e o contrato, mas nem por isso, de acordo com o próprio secretário, preocupou-se em saber a fundamentação legal da medida. "Não sou especialista nem advogado. Depois que [os contratos] vêm da comissão, eu assino cegamente. Confio plenamente [na comissão]", afirmou Murad.

não pode ser vista como uma forma de beneficiar a FGV, que, em julho, divulgou estudo que apontou o Maranhão como o Estado de piores índices sociais, Jorge Murad afirmou que a FGV "não se prestaria a um papel desas-

O projeto prevê atender 3.000 alunos por ano em cada centro tecnológico, entre trabalhadores que necessitam de reciclagem e desempregados. As primeiras aulas, segundo Murad, devem co-